14:13 63%

_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Elio Gaspari _ Joaquim Ferreira dos Santos (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dávila (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
malu.gaspar@oglobo.com.br

Democrata de conveniência

Imagine o que seria o cenário político do Brasil hoje se a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, controlados por Jair Bolsonaro, tivessem com uma canetada cassado os direitos políticos de Lula e de Simone Tebet por 15 anos e impedido os dois de disputar as eleições de 2022. Ou que o Tribunal Superior Eleitoral tivesse trocado a data da votação para 31 de março só para render homenagem à ditadura militar.

Daria para acreditar que uma eleição nessas condições teria um resultado justo? A pergunta é obviamente retórica e um tanto absurda, já que tal situação seria impensável no Brasil — onde, apesar da onda golpista dos últimos anos, ainda temos uma democracia.

Não é o caso da Venezuela, onde a Controladoria-Geral e o Supremo, dominados por Nicolás Maduro, retiraram da disputa deste ano seus dois principais opositores — e ainda mudaram a data do pleito, que tradicionalmente ocorre em dezembro, para 28 de julho, aniversário do falecido presidente Hugo Chávez.

Para Lula, porém, levantar qualquer dúvida sobre a lisura das eleições venezuelanas é prejulgamento.

— Não podemos jogar dúvida antes das eleições acontecerem, que aí começa discurso de prever antecipadamente que vai ter problema — afirmou o presidente brasileiro a jornalistas ontem no Palácio do Planalto. — Temos que garantir a presunção de inocência, até que haja as eleições para que agente possa julgar se foi democrática ou decente.

O brasileiro ainda disse que Maduro lhe garantiu que vai "convocar todos os olheiros internacionais do mundo que quiserem acompanhar as eleições".

Lula não é bobo nem mal informado, conhece Maduro de outros carnavais e tem à disposição um corpo diplomático plenamente capaz de informá-lo de que a Venezuela mantém cerca de 300 presos políticos e protagoniza a maior crise humanitária do planeta, com quase 8 milhões de exilados.

A perseguição a opositores, com desaparecimentos e torturas, é uma das razões por que o governo venezuelano é alvo de uma investigação no Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade.

Na semana passada, Maduro ainda expulsou do país integrantes do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos porque, entre outras razões, protestaram contra a prisão da ativista Rocio San Miguel, conhecida por denunciar crimes militares.

Fresa há um mês pela polícia de Maduro sob as acusações de "traição à pátria", "terrorismo" e "conspiração", ela ficou semanas incomunicável, com paradeiro desconhecido. Foi preciso a intermediação da embaixada da Espanha (ela é cidadã espanhola) para que fosse garantido seu direito a receber visitas da família e de um advogado.

Não há sinal, portanto, de que Maduro esteja realmente disposto a receber olheiros para fiscalizar as eleições — a menos, talvez, que venham da Nicarágua, da Rússia ou de Cuba.

Por essas e outras razões, não faz nenhum sentido comparar o cenário político do Brasil ao da Venezuela. Lula, porém, arriscou. Aos jornalistas, ele disse esperar que a oposição venezuelana não tenha o mesmo comportamento da brasileira:

— Se o candidato da oposição tiver o mesmo comportamento da oposição daqui, nada vale.

E cutucou:

— Eu fui impedido de concorrer às eleições de 2018. Em vez de ficar chorando, indiquei um outro candidato que disputou as eleições.

Fois a questão é justamente essa. A diferença entre Lula e a oposicionista María Corina Machado, que aparecia na liderança das pesquisas, mas foi sumariamente excluída de eleições na Venezuela pelos próximos 15 anos, é que Lula não foi impedido de disputar por uma ditadura, mas por decisão judicial. E, se o Brasil não fosse uma democracia, nem o PT poderia ter indicado outro candidato para substituí-lo, nem ele poderia voltar a disputar eleições em 2022 — e ganhar.

Não chega a ser novo ver Lula fingir que não vê os crimes cometidos por ditaduras amigas enquanto denuncia os perpetrados por inimigos geopolíticos.

Mas continua sendo intrigante ver o tom e a ênfase com que defende Nicolás Maduro. Parece que, quanto mais se acumulam evidências de monstruosidades cometidas pelo venezuelano, mais o brasileiro se empenha em absolvê-lo.

Tal postura fica ainda mais esdrúxula considerando que acabamos de passar por um trauma que poderia ter nos lançado de novo sob uma ditadura em que o petista certamente não seria o presidente — e que apoiar Maduro só piora sua imagem diante dos eleitores que de fato prezam a democracia como valor.

A única explicação possível é que Lula acredita mesmo no que diz e que, para ele, democracia é um conceito relativo. Só é sagrada se for para favorecê-lo. Senão, não faz mesmo diferença.

ARTIGO

Investir nas mulheres é apostar na igualdade de gênero

ANTÓNIO GUTERRES

A luta pelos direitos das mulheres nos últimos 50 anos é uma história de progresso.

As mulheres e as meninas demoliram barreiras, desmantelaram estereótipos e impulsionaram o progresso rumo a um mundo mais justo e igualitário.

No entanto o progresso está ameaçado, e a igualdade plena continua a anos-luz de distância, sendo que as crises mundiais afetam de forma mais severa as mulheres e as meninas. Onde quer que haja conflitos, catástrofes climáticas, pobreza ou fome, são elas as que mais sofrem. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, tem havido uma reação contra os direitos das mulheres, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos, que impede e até reverte o progresso.

As novas tecnologias, que têm enorme potencial para desmantelar as desigualdades, agravam muitas vezes essa situação, seja pela desigualdade no acesso, por algoritmos com preconceitos enraizados ou pela violência misógina — que vai desde os *deepfakes* até o assédio dirigido a mulheres específicas.

Ao ritmo atual, a plena igualdade jurídica para as mulheres ainda estará a cerca de 300 anos de distância; o mesmo acontece com o fim do casamento infantil. Precisamos de igualdade agora. Isso significa acelerar o ritmo do progresso, que depende da ambição política e do investimento, tema do Dia Internacional da Mulher deste ano.

Precisamos de investimento público e privado em programas para acabar com a violência contra as mulheres, garantir o trabalho digno e impulsionar a inclusão e a liderança das mulheres nas tecnologias digitais, na construção da paz, na ação climática e em todos os setores da economia. Devemos também apoiar urgentemente as organizações de direitos das mulheres para oferecer educação digital e desenvolver competências. É necessário investimento para fornecer cuidados infantis que permitam aos prestadores de cuidados, que quase sempre são as mães, exercer um trabalho remunerado fora de casa para construir comunidades e sociedades inclusivas com a plena participação de mulheres e meninas.

Onde quer que haja conflitos, catástrofes climáticas, pobreza ou fome, são elas as que mais sofrem

Investir na igualdade é o que deve ser feito, mas também faz sentido financeiramente. Apoiar as mulheres a entrar nos mercados de trabalho formais faz crescer as economias, aumenta as receitas fiscais e expande as oportunidades para todos.

Há três pontos necessários para garantir o investimento em mulheres e meninas. Em primeiro lugar, deve-se aumentar a disponibilidade de financiamento acessível e de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e combater a crise da dívida que estrangula muitas economias em desenvolvimento. Caso contrário, os países simplesmente não terão fundos para investir nas mulheres e nas meninas. Precisamos de ações imediatas para dar fôlego aos países que estão prestes a pagar dívidas altíssimas e para incentivar os bancos multilaterais de desenvolvimento a promover muito mais financiamentos privados a custos acessíveis. A longo prazo, devemos reformar a arquitetura financeira internacional e torná-la muito mais sensível às necessidades dos países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, os países devem dar prioridade à igualdade para as mulheres e as meninas, reconhecendo que a igualdade não é apenas questão de direitos, mas também a base de sociedades pacíficas e prósperas.

Por último, precisamos aumentar o número de mulheres em posições de liderança. Estou particularmente orgulhoso de, desde o início do meu mandato, e pela primeira vez na História, termos um número igual de mulheres e homens na alta gestão das Nações Unidas.

Estamos longe da igualdade. Acabar com o patriarcado exige investimento. É hora de abrir a carteira.

António Guterres é secretário-geral da Organização das Nações Unidas

ARTIGO

Equilíbrio na saúde suplementar

ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Em minha atuação no Superior Tribunal de Justiça, a saúde sempre chamou minha atenção, principalmente no que concerne ao fenômeno de sua hiperjudicialização.

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a saúde adquiriu o *status* de direito fundamental, compondo a categoria de direito social. O Poder Judiciário foi então instado a se pronunciar acerca das diversas possibilidades de concessão à população brasileira do importante direito à saúde. Em todas as suas especificações — saúde pública, saúde complementar e saúde suplementar —, os tribunais tiveram que analisar demandas relacionadas desde a prestação de serviços médico-hospitalares até os limites de atuação dos planos de saúde, perpassando a concessão de medicamentos e próteses, entre outras inúmeras pautas.

Diante desse cenário, uma inquietude jurídica começou a ganhar direcionamento na linha de pesquisa que realizo como coordenador acadêmico da FGV Justiça: quais são os efeitos dessa hiperjudicialização? Responder a essa pergunta é tentar conter uma futura crise na saúde brasileira, que é dependente da sustentabilidade dos planos de saúde, não tendo a saúde pública condições para atender sozinha à demanda nacional. A busca é, caso isso seja possível, por um lugar ideal em que as operadoras sejam sustentáveis financeiramente, realizando o atendimento adequado aos beneficiários, sem lhes transferir custos indevidos.

Quais são os efeitos da hiperjudicialização? Responder a essa pergunta é tentar conter uma futura crise na saúde brasileira

O que já se pode perceber no início da pesquisa é existirem duas queixas mais evidentes, relatadas pelas instituições de saúde suplementar: as fraudes vivenciadas pelas operadoras de saúde, que causaram, com os desperdícios, prejuízo de R$ 34 bilhões em 2023; e a edição da Lei nº 14.454/2022, que, em sentido contrário ao decidido pelo Superio Tribunal de Justiça (STJ), determinou que o rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar dos procedimentos a ser realizados pelos planos de saúde é meramente exemplificativo. A consequência é a insegurança jurídica sobre os limites contratuais das coberturas e o incentivo ao questionamento judicial das decisões administrativas das operadoras de saúde, com o aumento da judicialização. O resultado dessa conjugação de fatores parece ser o aumento imoderado de despesas assistenciais e administrativas, transferindo ao beneficiário honesto e adimplente esses custos, por meio de mensalidades mais caras.

Com base no que foi dito, é importante reconhecer que o Poder Judiciário possui destacada relevância para a solução desse estado de coisas. A uniformização da jurisprudência se faz necessária, e a construção dos precedentes na área de saúde suplementar deve observar suas consequências sociais, conforme determina a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Para tanto, os magistrados precisam conhecer a realidade da saúde no Brasil. A partir desse conhecimento, suas decisões estarão mais afinadas como objetivo constitucional de tornar realidade o direito social à saúde.

Antonio Saldanha Palheiro é ministro do Superior Tribunal de Justiça e coordenador acadêmico do Fórum Permanente de Saúde da FGV Justiça